



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Nathália Niédja da Costa Barbosa

Recife
2021

Nathália Niédja da Costa Barbosa

ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Alves de Andrade

Recife
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

B238ee Barbosa, Nathália Niédja da Costa
 Ensino de História na Educação Infantil: Uma análise
 crítica / Nathália Niédja da Costa Barbosa. - 2021.
 20 f.

 Orientadora: Juliana Alves de Andrade
 Inclui referências e anexo(s).

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –
 Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de
 História, Recife, BR-PE, 2021.

 1. Educação. 2. Infância. 3. História. 4. Ensino. I. Andrade,
 Juliana Alves de, orient. II. Título.

CDD 909



**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA
FOLHA DE APROVAÇÃO DE TCC**

NATHÁLIA NIÉDJA DA COSTA BARBOSA

ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito para conclusão da disciplina de TCC II (Cód. 04803), pela seguinte banca examinadora:

Orientador/ Presidente:	Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade	Nota:8,5
Membro interno:	Profa. Dra. Lúcia Falcão Barbosa	Nota:8,5
Membro externo	Profa. Ms. Danielle da Silva	Nota:8,5

Média das Notas: 8,5

Recife, 15 de dezembro de 2021

Apresentação

De acordo com as normas acerca do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dentro da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) é permitido a elaboração de um artigo científico. Deste modo, esta modalidade foi a escolhida. Este artigo seguiu as normas de submissão da revista Espacialidades.

Este Trabalho de Conclusão de Curso, toma como base as minhas experiências enquanto Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, na cidade de Recife e busca analisar a realidade do ensino de História na educação infantil. Com recorte entre 2017 e 2021, para que fosse possível alinhar a prática com a teoria e documentos oficiais que regem esta etapa educacional.

A análise realizada não busca criticar os docentes municipais, mas observar como a teoria e a prática estão relacionadas e como é possível fazer com que trabalhem em consonância.

Dedicatória

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Juliana Alves de Andrade por todo o apoio nessa trajetória. Ao meu companheiro, Zé, que nunca me deixou desistir; minha família que nem imagina como foi importante; minhas cotinhas e Tia Valeria, Liane Silva, Milena Wanderley e Nilson Castelo Branco educadores, que me inspiram até hoje.

Resumo

O ensino de História na educação infantil, em geral, não é debatido sob a ótica do profissional historiador. Inclusive a própria pedagogia não se ocupa tanto desta disciplina, muitas vezes limitando-se a tratar de datas comemorativas, sob abordagens tecnicistas e desconectadas da vivência escolar. Chegando a utilizar de práticas que divergem das orientações das políticas educacionais, para abordar as temáticas.

Palavras- chave: Infância; História; Ensino; Educação

Abstract:

The History teaching in childhood education, in general, is not debated from the perspective of the historian professional. Even Pedagogy itself is not so concerned with this subject, limiting itself to commemorative dates many times, under technical approaches and disconnected from school experience. Until, using practices who diverges from the guidelines of educational policies to approach the issues.

Key-words: Chilhood; History; Teaching; Education

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	09
2.	CURRÍCULOS VIGENTES	11
3.	TEORIA <i>VERSUS</i> A PRÁTICA	13
4.	CONCLUSÃO	18
	REFERÊNCIAS	19
	ANEXO A	20

1. Introdução

Inicialmente, é válido esclarecer que a educação infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular, é a fase escolar que atende a faixa etária de zero a cinco anos, sendo obrigatória apenas para crianças de quatro e cinco anos, a pré-escola. Salientando ainda que todos os parâmetros educacionais vigentes e que se relacionam à educação infantil dividem a primeira infância em três etapas: bebês (zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Aqui o enfoque será nas crianças bem pequenas, com as quais tenho trabalhado desde o ano de 2014, na cidade do Recife, como Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. O estopim para a construção desta pesquisa é o contínuo engessamento dos moldes escolares, bem como a falta de correlação dos conteúdos com a realidade, na prática cotidiana pude perceber que o ensino de História, normalmente, tão somente se resume a datas comemorativas, sem que haja uma contextualização à realidade do aluno ou até mesmo ligação com o que se está ensinando no período. Em um dia são apresentados números e letras e no outro são levados ao pátio para cantar em homenagem a datas comemorativas, sejam elas eventos históricos ou até mesmo feriados religiosos. Estes últimos são, inclusive, outra séria problemática, visto que nem todas as crianças possuem os mesmos vieses religiosos ou até mesmo uma crença.

Em geral, o ambiente em que o aluno está inserido é pouco observado, tornando os conhecimentos apresentados mais relacionados aos docentes do que a formação do sujeito histórico, distanciando o que é apresentado das vivências cotidianas. É função do educador ser mais do que apenas mediador da relação ensino/aprendizagem, este deve estimular a curiosidade, principalmente na estrutura escolar de creche, onde as crianças, em geral, passam a maior parte do seu dia (nos casos de unidades com ensino integral). Por educador, aqui se entende todos aqueles adultos envolvidos no planejamento, organização e manutenção do ambiente escolar, visto que nos primeiros anos de desenvolvimento todas as interações são formadoras da organização comportamental.

Os debates relacionados ao ensino de História na educação infantil são raros e em geral abordam a partir da realidade do profissional pedagogo, quando encontrados do ponto de vista da História vão apenas da pré-escola (crianças pequenas) em diante. A realidade de sala de aula me fez perceber que este debate precisa ser aprofundado, porque muito do que é indicado nos documentos que direcionam os parâmetros educacionais não se assemelha com as práticas cotidianas, especialmente por não existir uma regulamentação específica para o ensino da disciplina nesta etapa escolar. O olhar lançado será de 2017 a 2020, para que seja

possível alinhar minhas vivências às políticas públicas vigentes, inclusive o Plano municipal da primeira infância da Cidade do Recife homologado em dezembro de 2020.

2. Currículos vigentes

Em 2015 foi disponibilizada a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, com o objetivo de padronizar a educação em todo o território nacional, nela estão apresentados objetivos para cada etapa de escolarização. No ano de 2017 a BNCC foi oficialmente homologada e sua implementação foi iniciada, na educação infantil e ensino fundamental. Desta, os recortes que serão utilizados estão nos campos de experiências intitulados “O eu, o outro e o nós” e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, com as crianças bem pequenas. Ao mesmo tempo, na cidade do Recife, a Política de ensino da Educação Infantil era reformulada para atender as novas demandas do Ministério da educação. Já o estado de Pernambuco tão somente em 2019 atualizou o currículo para a educação infantil, padronizando o que os municípios devem abordar.

A existência de políticas de ensino complementares nas diversas esferas governamentais não ocorre por acaso, mas por definição da Lei de Diretrizes e Bases da educação - LDB, em seu artigo 8º:

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum. (BRASIL, 1996).

Base Nacional Comum Curricular	Currículo de Pernambuco	Política de Ensino do Recife
(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.	(EI02EO05PE) Perceber que as pessoas têm preferências e características físicas diferentes (altura, cor de olhos, cor da pele, tipos de cabelos, etc.), respeitando essas diferenças.	(EO01). Identificar diferenças e semelhanças nas formas de organização social. (EO04). Compreender e identificar as relações de parentesco na família. (EO12). Reconhecer a identidade, a partir do grupo social de pertença, valorizando e respeitando as diferenças. (EO13). Interagir com diferentes materiais que contemplem a diversidade étnico-racial, de gênero, de geração, e de pessoas com deficiência. (EO15) Participar de vivências éticas e estéticas, com outras crianças e grupos culturais, que

Base Nacional Comum Curricular	Currículo de Pernambuco	Política de Ensino do Recife
		alarguem padrões de referência, e de identidade no diálogo, e reconhecimento da diversidade. (EO16). Conhecer, e interagir com as manifestações e tradições culturais brasileiras
(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.	(EI02EO06PE) Fazer uso de normas sociais, participando de brincadeiras, pertencentes à cultura local.	(EO02). Conhecer e/ou reconhecer a existência das normas sociais de convivência (casa/rua/escola/comunidade).
(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).	(EI02ET04PE) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, longe e perto, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois), em diversas situações do cotidiano.	(ET10). Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares, e da sua comunidade.
(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).	(EI02ET06PE) Utilizar conceitos básicos (agora, depois, depressa, devagar), nas situações diversas do cotidiano.	(ET18). Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).

Tabela 1 – Comparativo das políticas educacionais dos campos de experiências analisados em nível Federal, Estadual e Municipal. Direcionados as crianças bem pequenas.

Observando lado a lado os objetivos é possível perceber que a BNCC é muito mais abrangente e deixa margem para que os estados e municípios adaptem o currículo às suas realidades, objetivando a promoção de educação de qualidade.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2013).

Seguindo o que se é indicado na LDB, a política educacional municipal da cidade de Recife detalha o que deve ser apresentado aos discentes. Buscando aprofundar os conteúdos ao cotidiano e a realidade social, uma vez que o currículo é um projeto coletivo, que deve contar com a participação de toda comunidade escolar, em sua criação e execução.

O planejamento curricular para creches e pré-escolas busca, hoje, romper com a histórica tradição de promover o isolamento e o confinamento das perspectivas infantis dentro de um campo controlado pelo adulto e com a descontextualização das atividades que muitas vezes são propostas às crianças. Tarefas ritualizadas de colorir desenhos mimeografados, de colar bolinhas de papel em folhas e outras são, com isso, substituídas por atividades de pesquisa, de trocas de opiniões, de expressão pessoal. (OLIVEIRA, 2015, p. 184).

Como já dito anteriormente, não existe uma organização específica para o ensino de História na educação infantil, ainda que seja uma disciplina essencial do ponto de vista da construção e desenvolvimento social; o que há são campos de experiência nos quais esta pode ser incluída. Sabendo também que nesta etapa é necessário cuidado na didática para que esteja adequada à faixa-etária que a atividade se destina, o uso de materiais de largo alcance ¹ para materializar o que se objetiva é uma forma de estimular a criatividade, prender a atenção e conseguir se fazer entender. Pois, através da educação infantil, é possível desenvolver a curiosidade, o interesse e o pensamento crítico, itens que irão auxiliar na formação de uma consciência histórica e compreensão da sociedade como um todo, para além do núcleo em que a criança está inserida.

¹ Objetos que a própria criança atribui significado e/ou função, não necessariamente o mesmo para que foi destinado. Um rolo de papel higiênico pode ser uma atadura ou uma fita de acrobacias.

3. Teoria *versus* a prática

Dentro da realidade das unidades de ensino infantil, muitas são as datas comemorativas, sejam elas históricas, canônicas ou apenas celebrações populares. De todas, o dia das mães e dia dos pais são de longe os mais destacados e que carregam consigo as maiores celeumas.

Dentre as diversas questões que envolvem por em prática um currículo de ensino a compreensão de que a família típica da cultura burguesa, não é mais a principal referência existente (OLIVEIRA, 2015, p.172).

Em função de um único modelo de família, negou-se também a própria identidade das famílias atendidas pela creche, com sua diversidade cultural e de conceitos de infância nos quais apoiam suas práticas educativas e disciplinares. (HADDAD, 1997, p.73)

Ainda que muitas crianças não sejam oriundas de famílias compostas por pai e mãe, as comemorações desses dias são amplamente difundidas e aceitas, fazendo com que aqueles que não possuem esta estrutura familiar sintam-se deslocados. Considerando que a BNCC estabelece no campo das experiências “O eu, o outro e o nós” que devem ser garantidas práticas que ampliem o modo de perceber a si, ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que constituem os seres humanos.

As datas indicadas, até então, tem um grande impacto na rotina da comunidade escolar, com forte caráter formador, de forma positiva (aos contemplados) ou negativa (para aqueles que não são representados), a permanência da comemoração destas datas, além de afetarem a autoestima das crianças, vão de encontro ao componente curricular estabelecido. Na cidade do Recife a invisibilização destes núcleos está institucionalizada e poucos são os espaços que estabeleceram o “Dia da família”, o “Dia de quem cuida de mim” ou semelhantes, para incluir outros modelos familiares, ainda que a política de ensino da Rede Municipal deixe claro que são objetivos a serem cumpridos “compreender e identificar as relações de parentesco na família” e “reconhecer a identidade, a partir do grupo social de pertença, valorizando e respeitando as diferenças”.

Dentro dos dados do último censo escolar, datado de 2019, não é possível encontrar informações a respeito da formação dos núcleos familiares, nos quais os estudantes estão inseridos, mas são fornecidos dados que levam diretamente a outros marcos utilizados dentro

do processo de ensino, o Dia da Consciência Negra e o Dia do Índio. A primeira data foi institucionalizada através da lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, assinada pela então presidenta da república, Dilma Rousseff, mas já havia a celebração “informal” da data, desde o ano de 2003. Foi escolhido o dia 20 de novembro, mesmo do falecimento de Zumbi dos Palmares, referência na luta antiescravagista no país. A segunda data foi instituída pelo decreto-lei nº 5.540 de 1943, assinado pelo então presidente da república, Getúlio Vargas, após o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu no México, em 1940 e propôs aos países da América a adoção da data de 19 de abril para o Dia do Índio.

Utilizando as informações disponibilizadas no já citado censo escolar de 2019, em Recife, o perfil dos alunos matriculados na educação infantil era:

Branco	Negros (inclui pretos e pardos)	Amarelos	Indígenas	Não declarados	TOTAL
9.442 (23,12%)	15.978 (39,12%)	272 (0,666)	46 (0,112)	15.107 (37%)	40.845 (100%)

Tabela 2 – Alunos matriculados na educação infantil de Recife, no ano de 2019, segundo censo do ministério da educação, abrangendo escolas públicas e privadas.

Diante destes dados, é possível perceber que, ainda que a maioria dos estudantes sejam negros, existe uma porcentagem tão grande quanto de não declarados. Datas como as já referidas são essenciais para que ocorra uma identificação, não só por parte das crianças, mas pelas famílias. Abrangendo, ainda, os tópicos “participar de vivências éticas e estéticas, com outras crianças e grupos culturais, que alarguem padrões de referência, e de identidade no diálogo, e reconhecimento da diversidade” e “conhecer, e interagir com as manifestações e tradições culturais brasileiras”.

Entretanto, quando se observa a prática destas comemorações é possível avaliar que os eixos não são exatamente cumpridos, por muitas vezes são reforçados estereótipos. Primariamente, no Dia do índio é comum que se confeccione cocares de papel, arcos, flechas e sejam feitas pinturas no rosto dos alunos, sem que ocorra uma verdadeira explicação dos motivos. Músicas como “vamos brincar de índio” e “todo dia era dia de índio” são tocadas a exaustão, com crianças dançando em roda.

Vamos brincar de índio /Mas sem mocinho pra me pegar /Venha pra minha tribo/Eu sou o cacique, você é meu par/Índio fazer barulho/ Índio ter seu orgulho /Vem pintar a pele para a dança começar /Pego meu arco e flecha /Minha canoa e vou pescar /Vamos fazer fogueira /Comer do fruto que a terra dá. (SULLIVAN,1988)

Antes que o homem aqui chegasse /As terras brasileiras /Eram habitadas e amadas/

Por mais de 3 milhões de índios /Proprietários felizes /Da terra Brasilis. (BENJOR, 1981)

É sabido que a musicalização é uma das formas mais efetivas de aprendizagem nos anos iniciais, mas as canções apresentadas reforçam estereótipos e fazem com que estes sejam internalizados, principalmente pelo fato destas terem sido escritas e lançadas antes do processo de redemocratização do Brasil, não existindo, em geral, uma contextualização ou construção de atividades neurocompatíveis. Não que não hajam músicas que sejam possíveis de serem utilizadas; o coletivo “Palavra Cantada” utiliza de processos pedagógicos na construção de suas músicas, nelas podem ser encontradas exímias substituições para as canções tradicionalmente utilizadas.

Pindorama, Pindorama/É o Brasil antes de Cabral/Pindorama, Pindorama/É tão longe de Portugal/Fica além, muito além/Do encontro do mar com o céu/Fica além, muito além/Dos domínios de Dom Manuel/[...]/Mas os índios já estavam aqui/Pindorama, Pindorama/Já falavam tudo em tupi/Só depois, vêm vocês/Que falavam tudo em português/Só depois com vocês/Nossa vida mudou de uma vez (TATIT, 1998)

No tocante ao dia da consciência negra, as atividades realizadas não costumam ser muito divergentes do Dia do Índio. É comum o uso do livro infantil “Menina Bonita do Laço de Fita”, que apresenta a história de um coelho branco que quer ser preto e, com a ajuda de uma garota negra, faz de tudo para isso, reforçando um preconceito colorista, de que apenas pessoas com pele retinta são realmente negras. Preconceito este que também pode ser visto na realização de atividades, supostamente, pedagógicas que emulam uma prática conhecida por *black face*, que consiste em pintar o rosto de preto para representar uma pessoa negra, ignorando o fato de que existem diversas tonalidades de pele, assim como uma variedade imensa de traços.

Para além das datas com maior apelo social existem também as celebrações de efemérides históricas. A mais marcante em todo o calendário escolar, talvez seja 7 de setembro, o Dia da Independência, onde crianças tomadas pelo espírito independentista tomam conta da escola, munidos de chapéus e espadas de jornal, bradando em uníssono “independência ou morte”, após ouvirem como heroicamente Dom Pedro I proferiu a célebre frase às margens do Rio Ipiranga; ricamente vestido, montado em um cavalo e acompanhado de seu séquito. Também é comum que neste momento de celebração pátria seja explicado o significado positivista da bandeira brasileira: o amarelo representa o ouro e as riquezas, o verde as matas, o azul o céu do Brasil e a faixa branca a paz. Ainda que a mudança na

bandeira e a ressignificação das cores tenham ocorrido após a proclamação da república em 1889.

Esta celebração, teoricamente, busca cumprir com o uso dos conceitos básicos de tempo e inspirar as crianças bem pequenas a compreenderem a história dos seus familiares, e da sua comunidade, mas apenas faz com que sejam internalizados conceitos que posteriormente deverão ser desconstruídos.

Influenciando diretamente no processo de ensino/aprendizagem é válido salientar, ainda que brevemente, a catequese compulsória que acaba ocorrendo dentro das unidades de ensino. Orações antes das refeições, festejos realizados através da ótica cristã e contação de trechos bíblicos para crianças, como a Arca de Noé. Na páscoa, encenação da Última ceia; no natal, nascimento de um Messias. As atividades listadas são parte dos feitos que comprometem a laicidade do ensino, indo de encontro ao que estabelece a política pedagógica. Sem que ocorra uma real preocupação com a religião praticada pela criança e seus pares, podendo gerar atritos entre os cuidadores e os educadores, dificultando o bom andamento do processo de aprendizagem.

4. Conclusão

Os festejos apresentados são apenas uma ínfima amostra do que é corriqueiro na etapa da educação infantil, principalmente porque alguns profissionais da pedagogia alegam ser impossível ensinar História para crianças nas creches e pré-escolas, pelo simples fato de que estes não possuem entendimento de passagem de tempo, linearidade e outros conceitos ditos como necessários; mas a História, como foi possível observar, é construída de diversas possibilidades. Crianças bem pequenas podem internalizar conceitos, tudo depende da forma que estes lhes serão apresentados. O que se come, o que se veste, como se vive, tudo é história e apresenta implicações efetivas no cotidiano, entender onde se está inserido e como isso influencia na formação do ser humano é essencial. Acreditar que o pouco tempo de vida é fator impeditivo de um determinado desenvolvimento cognitivo é ser capacitista e subestimar as possibilidades de aprendizagem. Como afirma Cerri, o objetivo da educação histórica não é formar consciência histórica, pois para isso estaria pressupondo que o educando não a possui e que cabe ao educador criá-la. As crianças chegam nas escolas munidas de conhecimentos e experiências prévias, mesmo que não consigam ou saibam externá-las e devem ter sua individualidade reconhecida e respeitada.

O ensino de história na educação infantil é possível, mesmo com a pouca orientação curricular, é necessário apenas que haja orientação nas práticas docentes, o que é complicado pois a maioria das unidades escolares, municipais, de educação infantil não possuem coordenação pedagógica. Muito do que consta nas políticas de ensino não é efetivamente posto em prática. Tanto pela falta de uma orientação específica, quanto pelo tecnicismo presente no ensino de crianças e na crença de que a creche e a pré-escola são espaços assistencialistas, que não o são.

REFERÊNCIAS

- BENJOR, Jorge. **Todo dia era dia de índio**. In: Canceriana Telúrica. WEA, 1981.
- BRASIL. **Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril**. Decreto-lei nº 5.540/1943. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5540-2-junho-1943-415603-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em novembro de 2021.
- BRASIL. **Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**. Lei nº 12.519/2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112519.htm> Acesso em novembro de 2021.
- BRASIL. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em novembro de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro, FGV, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não: Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Editora Olho d'água, 1997.
- HADDAD, Lenira. **A ecologia do atendimento infantil: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação**; orientação Tizuko Morchida Kishimoto; co-orientação Lars Gunnarsson. São Paulo, s.n., 1997.
- INEP. **Censo Escolar 2019**. Recife: EMPREL, 2019. Disponível em: <<http://dados.recife.pe.gov.br/dataset/censo-escolar-2019>> Acesso em novembro de 2021.
- OLIVEIRA, Zilma. **Educação infantil fundamentos e métodos**. 7ª edição. São Paulo. Cortez, 2011.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco : educação infantil** / União dos Dirigentes Municipais de Educação ; coordenação Ana Coelho Vieira Selva, Sônia Regina Diógenes Tenório ; apresentação Frederico da Costa Amâncio, Maria Elza da Silva. – Recife : A Secretaria, 2019.
- RECIFE (PE). Secretaria de Educação. **Política de ensino da rede municipal do Recife** / coordenação: Alexandra Felix de Lima Sousa, Jacira L'Amour Barreto de Barros, Nyrluce Marília Alves da Silva. – 2. ed. rev. e atual. – Recife: Secretaria de Educação, 2021.
- SULLIVAN, Michael. **Brincar de índio**. In: Xou da Xuxa 3. Som Livre, 1988.
- TATIT, Paulo. **Pindorama**. In: Canções Curiosas. Palavra Cantada, 1996.
- VERCELLI, Ligia De Carvalho (org). **Educação e infância**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

Anexo A

Normas para submissão – Revista eletrônica ESPACIALIDADES

Diretrizes para Autores

1. DO ENVIO DE ARTIGOS

- a) a revista aceitará apenas artigos, resenhas, e entrevistas de caráter inédito, ou que ainda não tenham sido traduzidos para o português;
- b) todas as contribuições serão submetidas a análise do conselho consultivo da Revista Espacialidades;
- c) respeitar-se-á o limite de 12 a 25 páginas para artigos e de 3 a 8 para resenhas; para entrevistas respeitar-se-á o limite mínimo de 4 páginas, não havendo um limite máximo; para fontes respeitar-se-á o limite entre 4 e 15 páginas.

2. DOS ARQUIVOS

- a) deverão ser enviados arquivos em formato Word (.doc ou .docx);
- b) nos arquivos com imagens, as mesmas deverão constar no interior do corpo do texto, em resolução mínima de 300 dpi e formato .jpg.
- c) ao enviar o arquivo, o(a) autor(a) deverá remover as propriedades e informações pessoais do documento.

3. DA AUTORIA

- a) a revista aceitará contribuições de pesquisadores com qualquer titulação acadêmica, de graduandos à doutores;
- b) Não serão aceitos artigos com mais de três autores;
- c) Em casos de coautoria seguimos a política de incentivo de trabalhos que não fiquem limitados a coautoria de orientandos. Caso esta prática ocorra, deve ser inserida de modo a englobar projetos plurais com docentes, interinstitucionais ou internacionais e com a participação de todos os envolvidos em todas os desdobramentos da elaboração do projeto, passando pela discussão e pesquisa, até a finalização do produto, qual seja, o artigo acadêmico.
- d) em caso de coautoria, todos os autores devem realizar o cadastro na plataforma da revista, informando filiação, titulação, link para acesso do currículo Lattes e e-mail no resumo da biografia.

4. ORDEM DA DISPOSIÇÃO DO CONTEÚDO DENTRO DO ARQUIVO

- a) Título do artigo: centralizado em fonte Garamond, tamanho 18, com letras maiúsculas e em negrito;
- b) Subtítulo (quando houver): segue o título, centralizado, em fonte Garamond, tamanho 18, com letras minúsculas, sem negrito;
- c) Título e subtítulo em inglês: abaixo do subtítulo em língua portuguesa, centralizado em fonte Garamond, tamanho 13, com letras minúsculas, sem negrito;
- d) Nome do autor: alinhado à direita; em fonte Garamond, tamanho 13. As seguintes informações deverão aparecer em nota de rodapé: formação do autor; filiação institucional; grupo de pesquisa, caso o autor faça parte de algum; endereço eletrônico do Currículo Lattes; órgão patrocinador, em casos de pesquisas financiadas; endereço de e-mail do autor. **ATENÇÃO:** Estas informações deverão ser prestadas no *resumo da biografia* na hora do cadastro do autor na plataforma da revista e deverão aparecer no corpo do texto somente na última revisão, após o Parecer Definitivo, para que seja garantida a avaliação dupla-cega por pares. A primeira versão do artigo deverá ser enviada sem a identificação do autor.
- e) Resumo e palavras-chave (em português): alinhamento justificado em fonte Garamond,

tamanho 13; espaço entre linhas simples;

f) Resumo e palavras-chave (em inglês): alinhamento justificado em fonte Garamond, tamanho 13; espaço entre linhas simples;

g) Os resumos deverão conter até 10 linhas e, no máximo, cinco palavras-chave, não excedendo a primeira página do arquivo;

h) Corpo do artigo;

i) Referências.

5. DA FORMATAÇÃO DO CORPO DO ARTIGO

a) Fonte: Garamond;

b) Tamanho: 13;

c) Espaçamento entre linhas: 1,5;

d) Espaçamento depois do parágrafo: 12 pt;

e) Parágrafo: 1,5;

f) Alinhamento: justificado;

g) Margens do documento: esquerda e direita: 3,0 ; superior e inferior: 2,5.

h) Títulos contidos no texto devem constar em letra minúscula e negrito;

i) Os editores da revista se reservam o direito de alterar aspectos formais do texto, como espaçamento, negrito, itálico etc. para que a revista mantenha um padrão homogêneo.

6. DAS FIGURAS, TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

a) As figuras, tabelas, quadros e gráficos devem ser inseridos no corpo do texto;

b) Todos os elementos devem conter legenda, colocada acima deles, em fonte Garamond, tamanho 13 pt, e com indicação tipológica e numérica os antecedendo (ex.: Figura 1: Título)

c) A indicação da fonte deve vir abaixo do elemento, em fonte Garamond e tamanho 11 pt.

7. REMISSÕES BIBLIOGRÁFICAS, CITAÇÕES E NOTAS DE RODAPÉ

a) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo principal do texto, entre parênteses, constando o nome do autor, seguido da data de publicação da obra e do número da página, como no exemplo: (BURKE, 1997, p. 77).

b) As citações com mais de três linhas deverão ser alocadas em destaque, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho da fonte 11 e espaçamento simples;

c) notas de rodapé: alinhamento justificado em fonte Garamond, tamanho 11.

d) Para os casos de citações diretas de obra em idiomas diferentes a escrita do artigo, deve constar a tradução no corpo do texto e o original em nota de rodapé;

e) Quando houver tradução de citação direta colocar em remissão a expressão "tradução nossa", de acordo com a ABNT - NBR 10520.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética. Fonte Garamond, tamanho 13, com espaço entre linhas simples, separadas por uma linha entre cada referência.

a) Para livros: SOBRENOME, prenome do autor. **Título do livro**. Cidade: Editora, Ano.

b) Para capítulo de livro: SOBRENOME, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME, prenome do autor. **Título do livro**. Cidade: Editora, Ano. pp. XX-XX.

c) Para artigo de periódico: SOBRENOME, Prenome do autor. Título do artigo. **Título do Periódico**. Cidade, v., n., p., mês (se tiver) Ano.

d) Todas as outras formas de referências que não foram contempladas nessa seção devem ser seguidas segundo as normas da ABNT NBR 623/2018

9. INCLUSÃO DOS METADADOS

Deverá conter obrigatoriamente os seguintes metadados

- a) Nomes dos autores;
- b) Título do trabalho (Caixa baixa);
- c) Resumo (máximo de 10 linhas);
- d) Palavras chaves, separadas por ponto e vírgula (de 3 a 5);
- e) Com exceção dos nomes dos autores, todos os demais metadados devem ser submetidos em português e inglês.